

Rhodes esclarece que entendimento com Brasil é provisório

RÉGIS NESTROVSKI
Especial para O GLOBO

NOVA YORK — Os banqueiros credores do Brasil receberam telex do Coordenador do Comitê de Assessoramento da Dívida Externa, William Rhodes (representante do Citibank), afirmando que o acordo acertado com as autoridades brasileiras “é provisório até o dia 15 de março” e muitas questões estão ainda pendentes, como o **spread** (taxa de risco), os últimos pagamentos da dívida contraída pelos bancos Comind,

Auxiliar e Maisonnave, através da Operação 63 e também a prorrogação das linhas de crédito comercial e interbancário até março de 87.

— Tudo ficou acertado em princípio. Isto é, se o Brasil fizer algo em relação à operação 63, os banqueiros vão baixar o **spread**, prorrogarão por um ano as linhas de crédito interbancário e comercial, etc. Hoje, a taxa de risco ainda é a velha negociada com o então Presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, ou seja, 1,75 por cento acima da **prime** (atualmente em 9,5 por cento nos Estados Unidos) e dois por

cento acima da taxa londrina **Libor** (em torno de 8,375 por cento) — disse um banqueiro credor americano que participou das reuniões do fim de semana passado com o Presidente do Banco Central, Fernão Braçher, em Nova York.

O telex de Rhodes foi passado para mais de 700 banqueiros em todo o mundo. O Brasil, neste cálculo, ainda paga juros de cerca de 11 por cento pela dívida.

— As conversações foram muito positivas e houve apenas uma trégua para ver as posições. Semana que vem devemos reiniciar as conversações com o Diretor de Dívida

Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas. Até se chegar a um acordo com os bancos, não existe basicamente nada concreto. Ainda não houve nem a extensão formal — disse o banqueiro.

Fontes financeiras, no entanto, voltaram a destacar que já estaria proposto e aceito o prazo de **rolagem** do principal vencido em 1985 (US\$ 8 bilhões) por sete anos, com cinco de carência, e que o **spread** deverá ser retroativo e menor do que o pago até agora pelo País. Mas acrescentam que ainda não está certo qual das taxas de juros — **prime rate** ou **Libor** — será usada daqui por diante.